



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC  
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 169-188  
[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)

## **Ecodesenvolvimento e turismo: Bases para uma outra relação com o planeta**

Humberto Luís de Deus Inácio<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

Este texto<sup>2</sup> tem o objetivo de discutir as inter-relações entre ecodesenvolvimento e ecoturismo<sup>3</sup>, ou seja, quais as formas pelas quais o ecoturismo pode se constituir em atividade econômica numa perspectiva ecodesenvolvimentista.

Para tanto, iniciamos apresentando brevemente o fenômeno social lazer, seus determinantes e apresentando nossa concepção sobre o mesmo.

Depois discutimos a inserção da atividade ecoturística no lazer, bem como destacamos o "mito da sustentabilidade turística", onde procuraremos mostrar que o simples fato de o turismo, *per si*, não ser uma atividade predatória/extrativista, não significa que seja preservacionista.

Em seguida apresentamos o conceito de ecodesenvolvimento a partir de Sachs e Vieira, para logo depois, discutir quais as características o ecoturismo deve(ria) assumir para se enquadrar nos parâmetros do ecodesenvolvimento.

O debate proposto para este texto tem, ainda, o objetivo de apresentar alguns elementos, os quais consideramos indispensáveis para pensar o ecoturismo como uma alternativa de atividade econômica viável de ser desenvolvida pela sociedade

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

<sup>2</sup> Este *paper* é resultado das leituras e discussões travadas no âmbito da disciplina "Desenvolvimento e Meio ambiente", ao longo do semestre 2002/1, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

civil organizada (em pequenas comunidades) e possível de ser vivenciada em áreas de proteção ambiental.

## **2. LAZER: possibilidades concretas de mudanças**

Sem nos alongar na questão da polivalência de significados que o lazer tem assumido ao longo dos últimos dois séculos, queremos apenas dizer que assim como há inúmeros significados diferenciados para este conceito, também são inúmeras as formas que o lazer tem assumido. Em sua estreita relação com o trabalho, o lazer serviu historicamente para atender interesses, hora da classe empresarial, hora da classe trabalhadora. Atualmente, alguns autores, como De Masi, têm apontado o lazer como a principal atividade econômica no terceiro milênio. Ao longo das últimas décadas, têm-se buscado, especialmente na Sociologia e na Antropologia, entender como se dá o processo de efetivação do lazer nas sociedades modernas e suas inter-relações com o sistema de produção de bens e serviços. Esta relação tem se dado, particularmente, nos usos do tempo, das atividades e dos equipamentos de lazer como mercadorias, o que lhe confere um *status* privilegiado no sistema de ordem socioeconômica capitalista, uma vez que contribui para a manutenção e ampliação de tal sistema fora do âmbito da produção propriamente dita.

No que diz respeito à relação entre lazer e turismo, este último tem sido colocado, nas décadas passadas, como uma das opções mais atraentes de lazer, uma vez que "o turismo abre espaço para o uso da liberdade, da criatividade, do intercâmbio de idéias e experiências existenciais e também para o fortalecimento da solidariedade." (Beni, 2002: 36). Mas, precisamos estar atentos, pois, como alerta Luchiari (2002), o que poderia enaltecer o ócio criativo, reconduzindo o ser humano a um outro patamar de humanidade, transformou-se num grande negócio.

Assim, partindo de um vies dialético, onde buscamos um equilíbrio entre as projeções ingenuas e as mais determinísticas, vemos o lazer como um lugar possível de transformar a ação humana; para nós, especificamente, o lazer é **"um espaço de criação e recriação de identidades individuais e coletivas"** <sup>4</sup> **"com potencialidades no sentido de fazer emergirem novos valores (ou valores**

---

<sup>3</sup> A querela dos conceitos: ecoturismo, agroturismo, turismo rural, turismo de aventura etc. será tratada mais adiante.

**já esquecidos) de cooperação e solidariedade, indispensáveis para um convívio harmonioso e justo entre os homens”**<sup>5</sup>. Desta forma, vislumbramos o lazer, uma vez que expressão da cultura<sup>6</sup>, como uma atividade com **possibilidades** contra-hegemônicas à lógica capitalista de produção e consumo de bens e serviços. É justamente nesta direção que este texto aponta o ecoturismo, enquanto conteúdo do lazer, como alternativa econômica viável, sob os princípios do ecodesenvolvimento, para as pequenas comunidades tradicionais espalhadas pelo país. Mas, o que é ecoturismo?

### **2.1. Agroturismo, ecoturismo, turismo rural...**

Assim como mais acima, não gostaríamos de nos prender demasiado à questão das definições; contudo, em todos os âmbitos do conhecimento humano, o debate sobre os conceitos assume importante significado no direcionamento que se quer dar a determinadas ações. Assim, vale que a cada termo se dê o devido significado. Cabe, entretanto, primeiro debater o termo “turismo”, para depois irmos ao encontro de seus adjetivos.

Assim, como confirmaremos mais à frente – quando visitarmos outras expressões, o termo “turismo” encontra-se permeado de significações diferenciadas, dependendo da amplitude da análise que dele depreende. Turismo, então, pode ser visto de um ângulo bastante simplificado, ou seja, representando apenas viagens a lugares distantes do cotidiano. Por outro lado, há autores que exigem um olhar mais ampliado, apontando que a atividade turística expressa-se num conjunto de ações que vão desde a escolha de um lugar a ser visitado, passando pelo planejamento do turista e dos receptores, até as políticas públicas e privadas para o setor. De uma idéia inicial, resumida, de simples ocupação do tempo disponível<sup>7</sup>, o turismo passa a ser uma atividade-mercadoria perfeitamente encaixada na lógica de produção capitalista, seja para seu consumo ou sua venda<sup>8</sup>. Desta forma, entendemos que o turismo é uma atividade econômica, onde o produto comercializado é,

---

<sup>4</sup> Pacheco, 1992: 252

<sup>5</sup> Inácio, 1997: 37

<sup>6</sup> Cf. Marcellino, 1987 e Bruhns, 1997, entre outros.

<sup>7</sup> Tempo disponível: expressão cunhada por Marcellino em substituição ao termo tempo livre. Este autor assim o faz por entender que não há tempo livre algum, uma vez que sempre estão presentes algumas formas de coerção no uso deste tempo, nem que sejam, ao menos, normas de comportamento social. Concordamos com ele.

principalmente, uma ilusão; ilusão esta que se baseia na contraposição ao trabalho, uma vez que este último vem assumindo ao longo da história, características embrutecedoras do "ser que vive do trabalho" <sup>9</sup>. O turismo, uma das facetas do lazer moderno, cumpre, muito bem, a função de propiciar uma satisfação ausente no cotidiano.

As colocações recém-efetuadas nos dão uma base para buscarmos um entendimento de o que seja ecoturismo. Tomando como base principal (devido à sua atualidade) os textos apresentados na obra de Almeida e Riedl (2000), encontramos algumas contribuições para o debate sobre os termos.

Schneider e Fialho (2000), utilizam-se da expressão "turismo rural" para explicitar atividades de lazer realizadas no meio rural. Para os autores há a união da exploração econômica com a valorização do ambiente e da cultura local; ainda apontam os turismos ecológico, de aventura, cultural, de negócios, de saúde e esportivo como elementos do turismo rural.

Já para Rodrigues (2000, p.55), é "bastante difícil distinguir turismo rural de ecoturismo". Segundo a autora, o que se tem verificado é uma mistura, um hibridismo acentuado destas atividades, podendo-se então, falar em "turismo eco-rural".

Outro autor, Froehlich, diz que "...para o que é considerado turismo em espaço rural, proliferam modalidades diversas (agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, turismo cultural)..." (2000, p.182), apontando para um entendimento de que há diferenças entre agroturismo e ecoturismo, mas não expõe os aspectos que os distinguem. Contudo, este autor traz um alerta interessante, qual seja, que há uma diferença conceitual entre "rural" e "natureza" e isto é importante na organização e desenvolvimento de atividades turísticas. Isto nos remete a entender turismo rural como aquele realizado em ambientes rurais, com a presença e a marca do trabalho humano, enquanto que o ecoturismo estaria mais ligado as atividades realizadas em espaços pouco ou nada modificados pela ação humana.

---

<sup>8</sup> Lins et all afirmam que a expansão do turismo se dá devido a 'contínua ampliação de uma formidável engrenagem de lazer e entretenimento(...) que funciona como um poderoso lubrificante para deslocamentos motivados pelo desejo de evasão do cotidiano' (Lins et all, 2002, p.209).

<sup>9</sup> ANTUNES, 1995.

Salvati (2001), nos dá outros elementos para a compreensão dos termos. Este autor nos diz que o turismo rural, bastante desenvolvido na Europa, caracterizou-se lá, especialmente, "a partir da adaptação de fazendas agropecuárias em um produto turístico", onde os serviços oferecidos são amplos e variados e contemplam hospedagem, alimentação, atividades recreativas e de lazer (incluindo o ecoturismo<sup>10</sup>) e a comercialização de produtos típicos da fazenda, tais como doces e artesanatos.

A expressão ecoturismo pode ser entendida, então, como a atividade de lazer realizada em espaço não urbano, onde a natureza como paisagem ou agente de interação, é um atrativo potencial.

Ainda que não querendo, neste momento, alongar demais a discussão sobre os conceitos, pareço-nos significativas as perguntas de Neil & Wearing (2000) sobre o ecoturismo:

- Será este uma moda, uma coqueluche ?
- Será uma grande jogada de marketing da indústria do turismo, a qual " 'embala a natureza' para indivíduos urbanos abastados convidando-os a 'viver' em um mundo romântico, perdido para nós, os modernos?" (p.XV).
- Ou será ainda o modo que o ambientalismo achou para permanecer à vista num mundo econômico racionalista que tratou de refutá-lo ?
- Podemos falar em retorno, pelo ecoturismo, à natureza, se esta só vem sendo lembrada a partir de sua quantificação e valoração enquanto um recurso (matéria-prima ou espetáculo) a ser explorado ?

Bem, não parece haver apenas uma resposta para cada uma destas questões, mas uma variedade delas, dependendo do ponto de vista de quem as responde. Em nosso caso, entendemos que não é possível esquecer – ou camuflar, que o ecoturismo, assim como o agroturismo, se insere em uma lógica capitalista; contudo, por estar este mesmo ecoturismo situado em um plano das atividades

---

<sup>10</sup> Como se vê, o ecoturismo pode estar inserido dentro de um projeto de agroturismo, ou seja, algumas atividades ecoturísticas podem ser oferecidas, também, dentro de uma propriedade preparada/transformada para o tal tipo de turismo.

humanas (o lazer), que, de certa forma, se contrapõe à reprodução dos valores cotidianos da vida moderna, vislumbramos aí um espaço de recuperação, de retorno a uma união perdida; e união não apenas no sentido de estar junto, mas de serem uno, ser humano e natureza. Esta possibilidade de harmonia entre seres humanos e natureza é um dos objetivos do ecodesenvolvimento, do qual trataremos mais adiante.

Meirelles Filho, um defensor entusiasta do ecoturismo, diz que a beleza desta atividade "está em seu caráter multifacetado, multiadaptável.(...) É o conjunto de ferramentas aceitável na aliança entre conservação da natureza, valorização da cultura local e promoção do desenvolvimento econômico."(2002: 27). Em texto apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, este autor chega a parecer um tanto empolgado com as possibilidades do ecoturismo acima listadas, que acaba por deixar de lado outras variáveis significativas, como, p.ex. a possibilidade de degradação ambiental por turistas desajeitados ou mesmo mal intencionados.

Neste texto, buscamos ampliar o entendimento de ecoturismo, utilizando o conceito de ecologia de Guattari (1993), somado a racionalidade ambiental proposta por Leff (2000); assim, teríamos a seguinte proposição para este conceito:

" Atividade de lazer ordenada por uma articulação ético-política entre as dimensões do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, desenvolvida, via de regra, em *espaços naturais*<sup>11</sup>, que aponta para uma nova ordem na relação ser humano/Natureza, não mais pela lógica da dominação, mas pela via da interação ".

É este conceito, o qual pode ser estendido ao conceito de agroturismo, que deve balizar nossas propostas de debate e ações.

A Vargem do Braço, localidade objeto de nosso estudo de doutoramento, possui, devido à sua localização, uma forte inclinação para sediar o ecoturismo enquanto componente do agroturismo. Será possível inaugurar esta atividade econômica

---

<sup>11</sup> Chamamos de *espaços naturais* aqueles distantes dos centros urbanos, com seus aspectos bio-geográficos aparente ou relativamente intocados pela ação humana, os quais se constituem, via de regra, em eventos ou acidentes geográficos (canyons, grutas, cavernas, cachoeiras etc.), montanhas, matas, rios e o próprio espaço aéreo.

naquela região, mas apontando para uma dimensão diferenciada, não na direção do consumo da natureza, mas sim de uma interação com ela? Pensamos que sim.

Para encerrar este debate, deixamos uma provocação ao leitor: será possível pensarmos num novo conceito que se refira às atividades acima citadas, quando estas forem desenvolvidas por grupos locais organizados e com uma visão ecodesenvolvimentista.... Algo como turismo comunitário ou turismo em comunidades...

Se necessário, quem sabe, voltaremos a este tema em outra ocasião.

## **2.2. O Turismo como elemento de preservação ambiental: isto é mito?**

Há muito que se vê e ouve que o turismo, especialmente aquele que reveste-se de objetivos ecológicos, como o agroturismo, o ecoturismo etc., é, por si mesmo, uma atividade preservacionista. Tal entendimento está centrado num senso comum, que ao olhar apenas e tão somente para a atividade em si, não percebe toda a sorte de relações e inter-relações que se estabelecem a partir dela. Para Rodrigues (2001), precisamos estar atentos para não cairmos em simplificações. Esta autora chama a nossa atenção para o fato de que o turismo é chamado, até mesmo, de "indústria sem chaminés" (op.cit.: 31). Esta expressão é importante indicador de que a atividade turística está, como já dissemos mais acima, incluída na mesma lógica de acumulação de riquezas através da venda/compra de um determinado produto. Este produto não é manufaturado ou produzido numa fábrica, mas situa-se no setor de prestação de serviços. Luchiari (2002), destaca que, se olharmos para a história do turismo, veremos que ele se desenvolve segundo a mesma lógica de desenvolvimento das sociedades de ordem sócio-econômica capitalista: a evolução das técnicas no que diz respeito aos transportes; das infra-estruturas, principalmente as urbanas; as trocas mercantis se assemelham às viagens, a comercialização de pacotes padronizados ao Fordismo, o desenvolvimento sustentável e a *descoberta* do turismo de natureza ao mercado e a acumulação flexível ao turismo segmentado.

Corialano (2002: 36) nos diz que o turismo que assume um caráter preservacionista como *marketing*, mas que, de fato não segue este princípio, acaba gerando "uma

contradição típica da ética capitalista, burguesa e individualista que pensa evitar ou mitigar os efeitos destrutivos, sem eliminar as causas.”

Mas, como afirmam Lins et al (2002), na base da contínua expansão e ampliação de sua abrangência, o turismo provoca “modificações de cunho social e organizacional importantes, as quais tornaram as viagens e o ócio elementos-chaves daquilo que Krippendorf (1998) denomina ‘ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial’” (op.cit.:209).

Apontando características para o turismo, os dois autores acima listados, confluem quando afirmam que o turismo vai muito além do consumo de serviços – e no caso do ecoturismo, da visita à natureza; ambos destacam que o crescimento do turismo vem requerendo uma série de ações dos setores público e privado, as quais são tão predatórias do meio ambiente como qualquer outra. Vejamos alguns exemplos:

No que diz respeito à infra-estrutura, aeroportos, rodoviárias, estradas, entre outros, são construídos para permitir o acesso e propiciar conforto aos turistas. A transitar por estas vias, aviões, navios, automóveis e trens despejam na atmosfera seus resíduos. Hotéis, pousadas, *resorts*, *spas* e restaurantes são edificadas todos os dias a fim de acomodar o turista: o custo ambiental destas construções é tanto maior quanto maior o conforto que se quer proporcionar. Nestes locais, aparelhos eletro-eletrônicos (condicionadores de ar, banheiras de hidromassagem, computadores, TVs, aparelhos telefônicos etc.) são requeridos tanto para a prestação do serviço como para uso do próprio turista. Estudos diversos já trataram de calcular a enorme quantidade de CFC produzida por toda esta aparelhagem. Toda esta estrutura altera a fisionomia do lugar, transforma a paisagem e influencia a fauna e a flora do meio ambiente local. Quanto a isto, Neil & Wearing chamam a atenção para o fato de que o ecoturismo depende de “ambientes naturais intactos, concentrando-se em áreas ecológicamente sensíveis.” (op.cit.: 37)

Indo mais além, Rodrigues e Lins também destacam as transformações nas relações sócio-culturais provenientes do turismo: transformações nas relações entre os moradores locais, transformações nas relações de trabalho, alteração da paisagem característica, perda de identidades culturais e, em alguns casos, como afirmam Lins et al, populações inteiras “têm sua cultura e seu modo de vida irremediavelmente afetados.” (op.cit.: 210).



Finalmente, Rodrigues ressalta que algumas compreensões quanto ao papel do chamado turismo local, só tem o próprio território como local, pois todo o processo, na verdade, "se insere na globalidade e na mundialidade."(op.cit.: 36). "Portanto, fica difícil pensar em turismo com equilíbrio ambiental num modelo de desenvolvimento altamente contraditório como o nosso."(Coriolano, op.cit.: 42).

Apesar das colocações acima, as quais terminam por colocar o turismo em uma situação bastante constrangedora por suas possibilidades destrutivas, Coriolano acredita que, no estágio atual do turismo, algumas mudanças estão acontecendo, não porque tenha se ampliado a consciencia ambiental dos empresários, mas porque se intensificou a busca, por parte dos turistas, de ambientes mais preservados, mais rústicos, mais "naturais". Esta nova exigencia mercadológica, mesmo com uma série de aspectos negativos, como a migração em massa dos turistas comuns para programas ecoturísticos, o que pode gerar nova degradação ambiental, aponta para uma possível nova postura e, assim, "o turismo tende a passar de vilão a protagonista do meio ambiente".(op.cit.: 48).

Fica explícito, nestas poucas palavras, que o caráter preservacionista do turismo é muito mais um 'enfeite', a fim de torná-lo mais atrativo, do que uma realidade. Mesmo apresentando-se de forma diferenciada, esta atividade insere-se na mesma lógica desenvolvimentista que tem sustentado o modo de vida capitalista. Isto nos aponta uma tarefa ainda maior que imaginávamos, ou seja, pensar/construir um projeto de agroturismo/ecoturismo que, ao mesmo tempo em que possibilita uma alternativa econômica para moradores rurais, se submeta aos preceitos de ecodesenvolvimento, distanciando-se da ótica pura e simples de produção e consumo de um bem ou serviço.

### **3. O Ecodesenvolvimento**

Foi Maurice Strong, em 1973, quem cunhou o termo ecodesenvolvimento, buscando resumir numa palavra uma proposta de desenvolvimento orientado de forma ecológica. Este conceito surgiu sob a influência das análises sistêmicas sobre os 'limites externos do crescimento material', desenvolvidas pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), além dos trabalhos preparatórios da Conferência de Estocolmo, (Vieira, 1995). A idéia principal deste novo conceito que então surgia era sensibilizar os projetos e as iniciativas de crescimento e desenvolvimento

econômicos para as dinâmicas de degradação ambiental e marginalização social deles decorrentes, especialmente nas áreas rurais.

Contudo, em 1974, Ignacy Sachs apresentou os princípios do ecodesenvolvimento, ampliando sua abrangência para todos os espaços e não apenas as zonas rurais. Leis (1999), nos diz que Sachs pensou num modelo de ecodesenvolvimento que foi além das questões simplesmente ambientais, ampliando seu entendimento para outras relações - econômicas, sociais e ecológicas. Entendemos que este conceito é mais amplo que o conceito 'desenvolvimento sustentável'<sup>12</sup>; entretanto, não se pode negar que este último, se não ajudou a pensar outras relações para além da produção de bens, pelo menos mudou o paradigma antropocêntrico substituindo-o por uma relação do ser humano com a natureza.

Voltando a Sachs, este relaciona o termo ecodesenvolvimento com a obrigação da humanidade com ela mesma, no que diz respeito - e isto está bem claro, ao direito à vida desta própria humanidade. Para tanto, formulou seis princípios básicos:

- **a satisfação das necessidades básicas;**
- **a solidariedade com as gerações futuras;**
- **a participação da população envolvida;**
- **a preservação dos recursos naturais;**
- **a elaboração de um novo sistema social, e**
- **a elaboração de programas de educação (em todos as dimensões).**

Estes princípios devem ser a base para novos programas de desenvolvimento, e estes últimos precisam estar apoiados no tripé economia-sociedade-ecologia. O ecodesenvolvimento também aponta para a necessidade de os países

---

<sup>12</sup> Paulo Rogério Vargas, em seu papel *O insustentável discurso da sustentabilidade*, realiza uma crítica contumaz à expressão 'desenvolvimento sustentável' e seus desdobramentos, apontando para o fato de que a crise ambiental é fruto de um determinado padrão de consumo dos países ricos e que não bastam as propostas de mudanças presentes no desenvolvimento sustentável para reverter/alterar esta situação, ou seja, Vargas diz que precisamos discutir a própria sustentabilidade do desenvolvimento capitalista. Também Vieira (1995), aponta elementos reducionistas no conceito de desenvolvimento sustentável.

subdesenvolvidos reverem seu modelo 'mimético-dependente', voltando-se para a satisfação das necessidades básicas e autonomia das populações envolvidas.

Por outro lado, Vieira (op.cit.), cita quatro 'critérios normativos', os quais devem balizar a elaboração de projetos e iniciativas calcadas no ecodesenvolvimento:

**1 - Prioridade no alcance de finalidades sociais:** especialmente no que diz respeito 'a satisfação das necessidades básicas. Importante, diz o autor, que necessidades devem ser entendidas num sentido amplo e que, além daquelas de cunho material, também devem somar-se as necessidades psicossociais e espirituais.

**2 - Prudência ecológica:** também poderia ser chamado de harmonia sociedade-natureza, prediz que a arrogância antropocêntrica deva ser deixada de lado em função de um relacionamento equilibrado e simbiótico entre seres humanos e natureza.

**3 – Self-reliance ou Autonomia e participação:** este critério reclama uma maior participação da sociedade civil organizada, atribuindo 'as comunidades um papel decisivo na utilização prudente dos recursos naturais disponíveis. Aqui, vislumbra-se ainda que diversos são os contextos socioambientais e que, a cada um deles, soluções diferenciadas podem ser necessárias; além disso, cada experiência pode ser uma referência para as outras, num intercâmbio saudável e desejado.

**4 – Viabilidade econômica:** os atuais critérios de análises custos x benefícios não levam em conta, de forma significativa, os custos ambientais. Uma tomada de consciência se faz necessária para a inclusão de indicadores ambientais em tais análises integrados a indicadores sociais. "No nível macroeconômico, as políticas de ecodesenvolvimento podem ser abordadas como uma tentativa de se restabelecer a harmonia perdida entre desenvolvimento e meio ambiente" (Vieira, op.cit. p.60).

Uma visão ecodesenvolvimentista deve, entendemos, aliar os princípios básicos e os critérios normativos, uma vez que, ao invés de se repetir, os mesmos se completam.

SACHS destaca também a necessidade de uma regulação democrática das economias que não permita ao mercado ditar as regras sociais, mas sim estar submetido a elas. Neste sentido, o Estado deve cumprir seu papel de regulador para que o mercado cumpra também suas funções sociais. Deve-se possibilitar ainda que todos os cidadãos se apropriem de direitos fundamentais (políticos, econômicos, sociais, cívicos, culturais etc.), o que asseguraria uma vida digna a todos. Ainda nesta direção, este autor aponta para a necessidade de envolvimento dos atores sociais, em novas formas de parcerias. Para ele é preciso harmonizar as políticas do Estado com as ações ligadas à cidadania, numa relação solidária e não de dominação.

No que concerne às contribuições necessárias advindas da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento social, Sachs diz que este compromisso pode se dar em três âmbitos:

- Diminuição e aproveitamento dos resíduos;
- Criação e ampliação dos empregos na zona rural, e
- Desenvolvimento de agroindústrias transformadoras de biomassa e substituição das energias fósseis pela bioenergia.

O autor destaca a necessidade de prioridades nas obras públicas que viabilizem um aumento de produtividade nas empresas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Aparentemente, parece que esta iniciativa vai contra os postulados listados mais acima; contudo, o aumento de produção situado por Sachs deve estar, justamente, balizado pelos princípios e critérios normativos do ecodesenvolvimento para que possa ser justificado como uma iniciativa necessária a um desenvolvimento suficiente para os países pobres e em ascensão. Devemos ter ainda em perspectiva que o ecodesenvolvimento deve possibilitar o “fortalecimento da capacidade instalada de pesquisa interdisciplinar sobre o binômio meio ambiente-desenvolvimento” (Vieira, op.cit. p.46), e é justamente esta perspectiva de pesquisa interdisciplinar que pode indicar os caminhos a serem percorridos.

No que diz respeito a criação e ampliação de empregos fora dos centros urbanos, ressalte-se que isto não quer dizer, obrigatoriamente, que sejam empregos na

agricultura. O agroturismo é uma das várias alternativas que surgem e que podem ser implementadas com base num planejamento ecodesenvolvimentista.

### **3.1. Ecodesenvolvimento e agroturismo: uma possibilidade viável.**

Na introdução deste paper apresentamos nosso principal objetivo, qual seja, o de visualizar as relações entre as propostas embutidas no termo ecodesenvolvimento e as ações e reflexos destas na atividade econômica conhecida como agroturismo. Esperamos com isto encontrar/apontar subsídios para a elaboração, planejamento e execução de projetos de agroturismo que não tenham como objetivo único o consumo da 'mercadoria' natureza, mas sim, como já afirmamos mais acima, uma alternativa econômica que se submeta aos preceitos de ecodesenvolvimento, distanciando-se da ótica pura e simples de produção e consumo de um bem ou serviço. Some-se a isso o fato de que

“... o ecoturismo genuíno deve basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade e a participação da população local(...). Deve ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos ”

como apontam Godfrey et all (1999: p.260), a partir de pesquisas realizadas em parques de preservação de todo o mundo. Vejamos de que forma o agroturismo pode se constituir em atividade viável num parque de preservação ambiental.

A princípio, sem que haja necessidade de modificações ou grandes reformas nas propriedades rurais ou em áreas públicas preservadas, nem de grandes investimentos financeiros, têm-se verificado a possibilidade de implementação, grosso modo, das seguintes práticas:

- Pesque-pagues;
- Caminhadas por trilhas e cachoeiras;
- Atividades náuticas em rios;
- Áreas para esportes e recreação;
- Atividades de aventura junto a Natureza;
- Passeios de cavalo, carroça e micro-trator;

- Observação e/ou participação dos trabalhos de rotina da produção;
- Programas de Educação Ambiental;
- Produção e comercialização de artesanato e produtos alimentícios típicos da região;
- Observação do patrimônio histórico-cultural.
- Observação de animais e aves em seu *habitat* natural.

Um olhar bem atento pode apontar, entre as atividades listadas, ações predatórias do meio ambiente, como, por exemplo, o passeio em micro-tratores e a construção de lagoas artificiais para pesque-pagues; contudo, um planejamento adequado, amplamente debatido, pode superar os desafios e transformar estas atividades em componentes do agroturismo quando inseridas no cotidiano da vida rural.

A partir desta listagem, primária, limitada e provisória, podemos traçar uma relação com os princípios do ecodesenvolvimento apontados por Sachs:

❖ A satisfação das necessidades básicas: a busca do agroturismo como alternativa de renda para pequenos produtores rurais tem, mais do que qualquer outro objetivo, a finalidade de lhes viabilizar uma complementação dos rendimentos oriundos da agricultura, cada vez mais limitados pelos nuances de um mercado mundializado. Não há o propósito de enriquecer, no sentido mais fútil da palavra, o agricultor, mas sim de lhe garantir os ganhos mínimos necessários para alimentar-se, vestir-se, morar dignamente, educar-se, bem como prover as necessidades materiais de seu próprio trabalho, seja ele a agricultura, seja o agroturismo.

❖ A solidariedade com as gerações futuras: Vemos dois aspectos significativos neste princípio: a) o agroturismo tem como uma de suas bases preservar o ambiente onde se desenvolve, como condição *sine qua non* para continuar sendo viável. Isto implica em não depredar/deteriorar o meio ambiente não só para a execução da atividade, mas, e principalmente, preservá-lo para as novas gerações, seja dos

descendentes dos locais, seja para toda humanidade; b) o agroturismo pode viabilizar a permanência do homem do campo no meio rural, evitando o êxodo para as grandes cidades. Isto aponta para a fixação na zona rural também de seus descendentes, pois a conquista de condições de satisfação das necessidades no próprio meio rural não lhes obrigará a busca disto no meio urbano. Quase sempre, no meio rural, os agricultores acabam por dividir suas terras com seus filhos, onde estes podem construir suas casas e constituir uma família. Isto pode ser considerado um tipo de solidariedade com gerações futuras, o qual seria praticamente impossível de existir fora do campo.

❖ A participação da população envolvida: A maior parte dos projetos de agroturismo está localizada e é desenvolvida em pequenas áreas rurais, onde, via de regra, todos os moradores se conhecem e possuem algumas identidades comuns. Mesmo que haja algumas contradições de interesses entre os locais, fato normal em sociedades democráticas, tal população deve ser envolvida no processo de planejamento, elaboração, organização e execução das atividades agroturísticas, de forma que seus frutos sejam distribuídos equanamente entre todos.

❖ A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral: como já afirmamos mais acima, a preservação do meio está embutida na própria lógica da existência do agroturismo, sem o que, a atividade não terá condições de subsistir. Além da preservação, importa pensarmos que um projeto agroturístico tenha como uma de suas metas a recuperação de áreas depredadas ou destruídas, sejam estas patrimônios naturais, sociais ou culturais.

❖ A elaboração de um novo sistema social: este, talvez, seja o princípio mais difícil de ser atingido, isto porque projetos de agroturismo são localizados regionalmente, mas situam-se em organizações mais

complexas, até mesmo em Estados-nações. Alguns casos são conhecidos, como a Tanzânia, onde houve toda uma tentativa de mudanças sociais profundas a partir de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na agricultura familiar. Outros países africanos têm vislumbrado no chamado turismo selvagem (onde a natureza e os animais selvagens são a atração principal), sua redenção econômica. Contudo, em países como o Brasil, a implantação de projetos agroturísticos tem caminhado à margem das políticas públicas. A garantia de emprego, segurança social e respeito aos costumes e cultura regionais, destacados por Sachs, devem ser buscados como uma ação e uma consequência da atividade agroturística. Isto não significa, absolutamente, deixar o poder público fora do processo. Ao contrário, devem ser buscadas formas e alternativas de comprometer os governos com projetos preservacionistas e novas modalidades de desenvolvimento. Assim, ainda que não haja transformações significativas em nível macro, pode-se buscar soluções localizadas, onde o poder público é mais aberto e mais suscetível a mudanças.

❖ Programas de educação: A amplitude deste princípio é infinita. Podemos pensar que os programas de educação vão desde a educação escolar formal, passando pela educação ambiental, educação para o lazer, para a cidadania, educação cívica (o direito ao voto e à representatividade), formação profissional, até a educação para repensar modelos de desenvolvimento e delimitação das necessidades. Isto implica em dizer, por exemplo, que um programa de educação importante para países em desenvolvimento deveria mostrar que o modelo de desenvolvimento dos países mais ricos não se adequa aos outros países; deveria mostrar que as necessidades dos habitantes mais abastados do planeta são uma aberração (em termos de produção, consumo, resíduos e desperdícios) se comparadas às necessidades básicas às quais todos temos direito. Mas não numa ótica "conformadora", e sim indicando a necessidade de uma revisão global dos modelos de produção e consumo, que pode ter nos países em desenvolvimento sua gênese.



Por último, é importante lembrar que Sachs também ressalta o papel da ciência e da tecnologia na transformação do modelo de desenvolvimento dominante. Neste sentido, tem-se verificado que a grande maioria dos projetos agroturísticos, envolvendo comunidades, no Brasil, passa por uma ação universitária, seja na forma de pesquisa ou de extensão. Estes projetos têm na sua base a gestão patrimonial, e podemos dizer que este tipo de gestão mantém estreita relação com os princípios do ecodesenvolvimento, fundamentalmente no que diz respeito à participação da comunidade. A interdisciplinaridade, princípio indicado pela gestão patrimonial<sup>13</sup> por permitir um diálogo entre várias disciplinas com um objetivo comum, possibilita também a participação dos saberes leigos, oriundos das populações locais. Na mesma direção apontam os encaminhamentos de Leff quando debate novos modelos de desenvolvimento para a América Latina, bem como as proposições de pesquisa-ação e pesquisa-participante, metodologias largamente utilizadas quando se deseja: a) um processo que envolva investigação, educação, ação e organização; b) a realização concomitante da investigação e da ação, estabelecendo "uma nova relação entre teoria e prática, entendida esta última como ação para a transformação" (Haguette, 1987, p.130); c) a participação conjunta de pesquisadores e pesquisado; d) uma proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos e, e) uma mudança ou transformação social.

Assim, parece-nos estar claro que agroturismo, nas suas mais variadas possibilidades (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura etc.), quando estabelecido num formato que não tenha apenas uma relação econômica como pano de fundo, pode se constituir em significativa ação voltada ao ecodesenvolvimento.

#### **4. Concluindo, por enquanto...**

A implementação de projetos baseados no ecoturismo e no turismo rural apresenta-se como uma importante alternativa para pequenas comunidades cujas atividades econômicas tradicionais, baseadas na agricultura familiar com utilização de produtos químicos industrializados, perdem espaço para os grandes produtores nacionais e estrangeiros. A visão de um outro paradigma de desenvolvimento capaz de

---

<sup>13</sup> Cf. OLIVIER GODARD. *A relação interdisciplinar: problemas e estratégias*. IN VIEIRA & WEBER. (org). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

transformar a atual relação de exploração que a humanidade trava com a natureza é a sustentação praxiológica destes projetos, os quais podem se constituir em importantes pontos de partida para uma mudança na relação ser humano/natureza.

Esta perspectiva de trabalho inclui uma dimensão ética necessária às análises que envolvam a relação entre seres humanos e deles com a natureza, tal como se desenvolvem no agroturismo. Para tanto, a organização de tais atividades deve assumir seu papel educativo de reflexão crítica acerca das características e formas das atividades, evitando reproduzir situações nas quais os interesses utilitaristas ligados ao bem-estar individual predominem sobre os interesses coletivos e o respeito ao meio ambiente.

Em casos mais específicos, como a elaboração de projetos para áreas de preservação onde residem conflitos devido à presença humana, vislumbramos a possibilidade de provocarmos uma relação diferenciada entre todos os elementos que compõem o contexto, não por seu isolamento, mas por uma convivência harmoniosa e equilibrada. Nesta direção, as políticas nacionais para uso e manejo de parques precisam ser revistas e discutidas amplamente, uma vez que, atualmente, são planejadas sob a ótica da separação entre seres humanos e o meio ambiente.

Os princípios do ecodesenvolvimento, ainda que tenham sofrido críticas aceitáveis, são importantes encaminhamentos para a construção de um novo paradigma desenvolvimentista. A relação entre ecodesenvolvimento e agroturismo está explícita e caminha na direção de possibilitar transformações sociais que tenham como objetivo maior a vida humana e a preservação/manutenção do planeta.

## **5. Referências Bibliográficas**

BERGER, S. ***Ecoturismo e educação***. Monografia de Graduação do Curso de Educação Física da UFPR, 2000. mimeo

BRUHNS, H.T. & SERRANO, C. ***Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente***. Campinas: Papirus, 1997

DIEGUES, A.C.S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. IN BRUHNS & SERRANO (orgs). ***Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente***. Campinas: Papirus, 1997

FROELICH, J.M. Turismo rural e a agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. IN ALMEIDA & RIEDL (org). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 181-197.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas : Papirus, 1993

GODARD, O. A relação interdisciplinar: problemas e estratégias. IN VIEIRA e WEBER (org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo : Cortez, 1997.

GODFREY et all. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: o caso de Belize. IN HAWKINS & LINDBERG. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo : Editora SENAC, 1999. 257-264.

HAWKINS & LINDBERG. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo : Editora SENAC, 1999

INÁCIO, H.L.D. **O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 1997. mimeo

LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIS, H. **A modernidade insustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LINS et all. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. IN VIEIRA, Paulo F. (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED Editora. 209-264.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação**. Campinas : Papirus, 1987

PACHECO, R.T. O lazer nas empresas : onde está o trabalhador ? IN **Revista brasileira de Ciências do Esporte**. 12 (1,2,3), 1992. 249-56

RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. IN ALMEIDA & RIEDL (org). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 51-68.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. IN **Estudos avançados**, 9(25), 1995, 29-63.

SALVATI, S.S. **Turismo rural – conceitos e atividades**. IN <http://sites.uol.com.br/ecosfera/turural.htm>. Acessado em 05 de abril de 2002.

SCHNEIDER & FIALHO. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. IN ALMEIDA & RIEDL (org). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 15-50.

SERRANO, C.M.T. A vida e os parques : proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. IN BRUHNS & SERRANO (orgs). **Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

VARGAS, P.R. O insustentável discurso da sustentabilidade. IN BECKER, D.F. (ed). ***Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade***. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 207-238.

VIEIRA & WEBER (org). ***Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental***. São Paulo : Cortez, 1997.

NEIL & WEARING. ***Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades***. Barueri: Editora Manole, 2000.